



A AMÉRICA LATINA FACE À POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO

Francisco Fransualdo de Azevedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ffazevedo@gmail.com

Celso Donizete Locatel
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
celso.locatel@gmail.com

Resumo

Em tempos de globalização ou de mundialização do capital, o sistema mundo se apresenta significativamente integrado, por meio da combinação entre técnica, ciência e informação. Valoriza-se ao máximo a capacidade de produção, circulação e consumo, portanto, a capacidade máxima de fluxos, de dinheiro, informação, mercadorias, insumos e pessoas. Nesse contexto surgem os blocos econômicos de poder. Assim, este trabalho busca analisar a política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido, especialmente na América Latina, atentando para as desigualdades geradas ou reproduzidas no interior desse processo, sobretudo no contexto da integração econômica do MERCOSUL. No caso da América Latina, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), instituiu-se em 1991 através do Tratado de Assunção, objetivando integrar ainda mais as economias nacionais sul-americanas. Porém, é notória a produção e reprodução concomitante da riqueza e da pobreza, e o aumento das desigualdades e das contradições socioespaciais, portanto da segregação social. No MERCOSUL, destaca-se a posição do Brasil e da Argentina no cenário regional, considerando os níveis diferenciados de industrialização e desenvolvimento, não obstante as desigualdades socioterritoriais internas destes. Na divisão territorial e regional do trabalho os demais países mostram-se ainda mais dependentes e fragilizados, sobretudo em tecnologia e economicamente, embora em situações diferenciadas.

Palavras-Chave: América Latina; MERCOSUL; Integração econômica; desigualdades

Latin america in relation to the politics of regional economic integration in the developing world (Abstract)

In times of globalization or mundialization of the capital, the world system presents itself significantly integrated, through the combination of technique, science and information. It

values to the fullest the capacity of production, circulation and consumption, thus, a maximum capacity of flows, of money, information, commodities, as well as supplies and people. In this context emerges the economic blocs of power. Thus, this paper seeks to analyze the policies of regional economic integration in the developing world, especially in Latin America, paying attention to the inequalities generated or reproduced inside this process, mainly in the context of the economic integration of MERCOSUL. In the Latin America case, the Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), established itself in 1991 by the Asunción Treaty, aiming to integrate even more the economies of South America. However, it is notorious the production and reproduction with the wealth and poverty, and the increasing inequalities and sociospatial contradictions, therefore the social segregation. Brazil and Argentina are in the top position in the regional scenario, considering the different levels of industrialization and development, despite these internal socio-territorial inequalities. In relation to the territorial and regional division of labor other countries show themselves even more dependent and vulnerable, especially in terms of technology and economy, although in different situations.

Key-words: Latin America. MERCOSUL. Economic integration. Inequalities.

Neste texto discutiremos as transformações ocorridas na economia global, buscando entender o papel da América Latina no contexto dos blocos econômicos de poder, especialmente o MERCOSUL, mostrando o conjunto de ações que marcam esta fase e que, por conseguinte refletem na dinâmica da sociedade e na reorganização dos territórios nacionais e regionais.

A formação dos blocos econômicos de poder se constitui em estratégias político-econômica-institucionais de determinados países, no sentido de se fortalecerem frente à lógica de (re)produção do capitalismo contemporâneo, numa escala espaço-temporalmente desigual. Diante disso analisaremos o papel do MERCOSUL no cenário econômico regional, buscando entender como o Brasil e a América Latina se inserem nesse processo dinâmico que marca o atual período.

O principal objetivo do trabalho é discutir de que maneira a formação de blocos econômicos contribui para a diminuição das fronteiras comerciais e para o fortalecimento da economia regional através da integração de mercados nacionais. Mas busca-se também entender, sobretudo em que medida esse processo de integração acirra ainda mais a desigualdade intra-regional.

Não obstante o contexto de mudanças, o que se percebe é que a formação e consolidação dos blocos econômicos, principalmente no que tange a realidade sulamericana, tem corroborado para o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e para a emergência de um novo e complexo cenário de desigualdades regionais. Os procedimentos metodológicos adotados nessa análise constituem-se de revisão bibliográfica, coleta e análise de dados secundários, e construção textual.

A economia global caracteriza-se, dentre outros aspectos, por avanços na infraestrutura, transporte e comunicação, por exemplo, no sentido de garantir maior dinamismo e fluidez ao modo de produção capitalista como um todo (matéria-prima, mercadorias, informações, dinheiro, pessoas, etc.). Associado a esses eventos tem-se a elaboração de um avançado sistema de tecnologias da informação e da comunicação, financeirização, desregulamentação e liberalização estatal praticadas por diversos países, além de novas formas de cooperação

internacional, evidenciando muitas vezes o que Ulrich Beck chama de “topoligamia de lugares”, isto é, o casamento do sistema econômico global com vários lugares ao mesmo tempo, como forma de fazer com que esse momento histórico aconteça em benefício do capital. Para Beck (1999) é preciso atentar para os equívocos que envolvem a noção de globalismo, e de modo particular o chamado livre comércio mundial.

Nesse contexto, constitui-se um núcleo de controle dotado de um conjunto de elementos necessários à interligação global do sistema econômico, isto é, componentes como: os mercados financeiros, o comércio internacional, produção transnacional, ciência e tecnologia. Nesse sentido, a economia global pode ser entendida como “uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (Castells, 2007, pg. 143).

Tudo converge para uma velocidade cada vez maior das transformações, especialmente tecnológicas, refletindo significativamente no mundo do trabalho, do consumo, portanto, no sistema econômico, favorecendo, sobretudo os países que detêm maiores níveis de riqueza e de desenvolvimento científico-tecnológico e impactando de forma direta na organização socioespacial dos diferentes lugares e regiões.

Corroborando com isso Harvey (199, p. 121) afirma que “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. Logo, os Estados nacionais são impulsionados pelas grandes empresas e buscam fazer mudanças nas suas estruturas econômicas e políticas para que possam atender à lógica neoliberal de produção de riqueza.

Ianni (1996, p. 134) afirma que “as corporações transnacionais desempenham um papel básico, que pode ser decisivo na criação, institucionalização e dinamização dos sistemas econômicos regionais”. Um conjunto de países integra-se, a fim de aumentar sua força e representatividade, pois quando essas economias nacionais se unem, suas influências têm um maior alcance espacial, de modo que seus interesses serão supostamente mais facilmente garantidos, ampliando seu mercado consumidor e sua produção.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), instituído em 1991 através do Tratado de Assunção, foi criado para integrar mais ainda as economias nacionais sul-americanas no contexto da economia global. Este bloco tem por objetivo desenvolver o potencial econômico dos países membros, aumentando as relações econômicas e políticas dentro do próprio grupo.

Nos últimos anos o ritmo de importações e exportações tem sido crescente entre os países do MERCOSUL, o que justifica uma relativa diminuição da dependência de importação desses países, em relação aos Estados Unidos, o qual era responsável por mais da metade das importações feitas por estes, antes da criação do bloco.

Nesse sentido, Arroyo (2006) constata um aumento não só das relações econômicas, mas também políticas, diplomáticas e empresariais entre os países membros, e entre estes e o resto do mundo. Na medida em que este bloco comercial cresce, verifica-se a ampliação do seu mercado, configurando uma nova escala no processo de produção e de circulação, bem como uma mudança nos fluxos que, por sua vez modificam o território (Arroyo, 2006).

Portanto, muitas vezes os blocos econômicos aumentam as desigualdades e as contradições socioespaciais, dentro e fora dos países e regiões. Isso normalmente depende do nível de industrialização de cada país e do nível de desenvolvimento, bem como das condições políticas e culturais existentes.

No caso do MERCOSUL, merece destaque a posição do Brasil e da Argentina no cenário regional, tendo em vista os níveis diferenciados de industrialização e desenvolvimento, não obstante as desigualdades socioterritoriais internas. Os demais países apresentam-se num contexto de maior fragilidade, vulnerabilidade e dependência, sobretudo econômica e tecnológica, embora em situações diferenciadas.

Breve contextualização sobre a economia global e os blocos econômicos

Nessa análise partiremos do princípio de que a economia capitalista mundializada é diferenciada e heterogênea espaço-temporalmente, e ao mesmo tempo contraditória. Isso envolve e desencadeia diferentes processos e diferentes eventos, abrangendo diversos atores, ditos globais, imbuídos de relações de forças e interesses muitas vezes consideravelmente desiguais e contraditórios.

Os avanços do modo de produção capitalista contemporâneo, observados especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial associam-se, sobretudo ao avanço do meio técnico-científico-informacional, proporcionado principalmente pelos avanços da ciência moderna. A economia global contemporânea caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelas melhorias em infraestrutura em escala global, no sentido de garantir maior dinamismo e fluidez ao sistema econômico capitalista como um todo, sobretudo no que concerne a produção, distribuição e circulação de matérias-primas, mercadorias, informações, dinheiro, pessoas, etc.

Tais avanços aportam-se na elaboração de um complexo e avançado sistema de tecnologias da informação e da comunicação, desregulamentação e liberalização estatal praticadas por diversos Estados nacionais, caracterizando o que se intitulou de neoliberalismo econômico, difundido principalmente a partir de meados do século XX. Além disso, surgem novas formas de cooperação internacional, evidenciando muitas vezes o que Ulrich Beck intitulou de “topoligamia de lugares”, ou seja, o casamento do sistema econômico global com vários lugares ao mesmo tempo, como forma de fazer com que esse momento histórico aconteça em benefício, sobretudo do sistema econômico vigente.

Mas é preciso atentar para os equívocos que envolvem a noção de globalismo, e de modo particular o chamado livre comércio mundial (Beck, 1999). Trata-se de um equívoco, por exemplo: acreditarmos que a economia globalizada é a mais adequada para oferecer o bem-estar para todo o mundo, ou que esta é capaz de eliminar as desigualdades socioespaciais. É evidente que não haverá jamais a partilha igualitária da riqueza gerada pela economia global, tampouco o alcance universal da dignidade de sobrevivência e da cidadania. O que ocorre de fato é um acirramento das desigualdades entre nações e regiões, assim como num mesmo país ou região, aumentando a diferenciação socioeconômica entre ricos e pobres.

Há de fato uma supervalorização das relações de mercado em detrimento das questões sociais. Nesse contexto, constitui-se um núcleo de controle dotado de um conjunto de elementos necessários à interligação global do sistema econômico, isto é, componentes como: os mercados financeiros, o comércio internacional, produção transnacional, ciência e tecnologia.

Nesse sentido, a economia global pode ser entendida como “uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (Castells, 2007, pg. 143).

Tudo converge para uma velocidade cada vez maior das transformações, especialmente tecnológicas, refletindo significativamente no mundo do trabalho, do consumo, portanto, no sistema econômico, favorecendo assim os países que detêm maiores níveis de riqueza e de desenvolvimento científico e tecnológico.

Discutindo os blocos econômicos como uma estratégia capitalista normativa no processo de integração regional

A diminuição progressiva das barreiras no que concerne às trocas comerciais, bem como os movimentos de integração econômica datam do início do século XVI, quando os europeus iniciaram os movimentos de expansão e investimentos no mundo por meio das grandes navegações européias e das companhias de comércio. E essa integração progressiva se constituiu nas bases do que mais tarde se denominou processo de globalização ou mundialização do capital.

O período de expansão do pós-guerra entre 1945 e 1973 estava embasado na disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - controle social das capacidades físicas e mentais - tecnologias, hábitos de consumo e configuração de poder político e econômico. Logo, a esse conjunto de práticas deu-se o nome de Fordista - Keynesiano.

Havia aí o anseio de se estabilizar o capitalismo e evitar as crises recorrentes, bem como o nacionalismo das soluções nacional-socialistas, que só seria possível por meio do estabelecimento de um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais. De acordo com Harvey (1990) o capitalismo ainda era bastante instável e dependia da ação coletiva, ou seja, dependia de uma regulamentação e intervenção do Estado.

Ocorre que na década de 1970, especialmente em 1973, desencadeia-se a crise do petróleo, originada principalmente pelo desequilíbrio na oferta do produto, o que elevou expressivamente o preço do barril, gerando conflitos entre os países árabes, maiores produtores, como também acirrando a crise marcada por recessão nos Estados Unidos e no continente europeu, o que afetou sobremaneira a economia mundial. A partir dos anos 1990 difundem-se as políticas de reestruturação do sistema, induzindo uma nova divisão territorial e internacional do trabalho, com ênfase no desenvolvimento tecnológico como subsídio da estruturação dessa nova divisão, principalmente nas áreas da informática e da comunicação.

Corroborando com o assunto Harvey (199, p. 121) afirma que “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. É essa mesma revolução tecnológica que vai agir diretamente em todo o sistema social, econômico, político e cultural do mundo.

O final do século XX é marcado por transformações na economia política do capitalismo. As marcas dessas modificações podem ser observadas em processos de trabalho, hábitos de consumo, configuração geográfica, regime de acumulação e modo de regulamentação social e

política diferenciado e muitas vezes anacrônico. Assim, Os mercados globais e os blocos econômicos de poder surgem no contexto da globalização por meio da nova dinâmica do capital, pressupondo uma maior capacidade de fortalecimento das forças produtivas capitalistas.

A partir desse período, as economias mundiais passam a conviver com a necessidade de integração, tendo em vista a dinâmica e a agilidade/velocidade dos processos que marcam o funcionamento da economia-mundo. Logo, vários países são impulsionados pelo setor econômico, representado pelas grandes empresas (de produção, comércio e finanças, etc.) a fazerem mudanças nas suas estruturas econômicas e políticas para que possam assim atender à lógica do neoliberalismo econômico. E os Estados Nacionais vão ter um papel fundamental no interior desse processo, pois o mercado cobra a qualquer custo a viabilização por parte do Estado das condições necessárias para garantir a tecnificação e a fluidez do território, como forma de garantir maior produção (e produtividade), circulação e consumo. Passamos a conviver com o que Milton Santos (2001) chamou de imperativo do consumo, marcado pelo despotismo deste. Ianni (1996, p. 134) afirma que “as corporações transnacionais desempenham um papel básico, que pode ser decisivo na criação, institucionalização e dinamização dos sistemas econômicos regionais”.

Nota-se que a partir daí um conjunto de países integra-se, a fim de aumentar seu poder econômico e geopolítico, pressupondo, portanto ganho de força e representatividade no cenário geopolítico mundial, pois quando essas economias nacionais se unem, pressupõe-se que suas influências têm um maior alcance espacial, de modo que seus interesses serão supostamente mais facilmente garantidos, ampliando seu mercado consumidor e sua produção. Dessa forma, é possível observar que, enquanto alguns desses blocos comerciais encontram-se bem estruturados, outros ainda demonstram incipiência, limites e fragilidades.

Alguns dos principais blocos econômicos mundiais como: União Européia, Nafta, MERCOSUL, APEC, ASEAN, SADC e CEI respondem pela maior parte das transações econômicas/financeiras da economia capitalista na contemporânea, dita integrada. Ainda como parte da política de integração econômica outros tipos de integração têm surgido no Sistema-Mundo como forma de garantir as condições necessárias para o processo integrador das economias nacionais e regionais. Exemplo disso é o que tem ocorrido na América Latina, com o surgimento da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), com a instituição da IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana), entre outros.

Até recentemente (2008) a União Européia se constituía no bloco econômico com maior representatividade econômica e política no cenário geopolítico mundial. O bloco foi instituído em 1992, passando a exercer forte poder sobre os demais países do mundo, pois conforme afirma Castells (2007), este passou a dinamizar a economia global, estabelecendo alianças, realizando fortes transações comerciais em tempo recorde, de modo que passou a ser responsável por expressivos fluxos financeiros e uma circulação veloz, complexa e mundialmente conectada.

É importante destacar que as noções de soberania e territorialidade é algo marcante entre as nações européias. Ressalta-se que a consolidação de um sistema de cooperação e integração econômica entre estes países demorou décadas e enfrentou diversos obstáculos. Isso pode ser evidenciado pelos diferentes tratados que foram realizados, objetivando essa configuração, a exemplo dos tratados de Roma, Maastricht e Amsterdã, buscando conciliarem interesses e forças que convergiram para a consolidação do bloco econômico regional formado por vários

dos países europeus na década de 1990. Em 2007 o bloco passou a se constituir de 27 Estados soberanos.

Dos principais objetivos da União Européia destacam-se uma política de comércio comum, bem como uma política agrícola comum; promoção do bem-estar socioeconômico dos países membros; política comum no setor de infraestrutura, como energia, transporte e telecomunicações; livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais; política monetária comum, o que ainda não atingiu todos os países membros, a exemplo da Inglaterra que não aderiu a moeda comum – o Euro.

Vale destacar que há divergência e forte desigualdade entre os países membros da União Européia, pois nem todos apresentam o mesmo nível de desenvolvimento, pelo contrário, há países em situação socioeconômica de acentuada fragilidade, a exemplo da Romênia.

Além da União Européia, merece destaque os blocos econômicos NAFTA, MERCOSUL, APEC e ASEAN, além de outros blocos com menor representatividade política e econômica, mas que participam do cenário da economia global e da nova configuração dos blocos regionais de poder.

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) foi instituído em 1988 e entrou em vigor em 1994, reunindo o Canadá, os Estados Unidos e o México, formando “um grande mercado e um poderoso sistema produtivo, com influências em todo o mundo” (Ianni, 1996, p. 132).

De acordo com Castells (2007), já existia uma forte relação entre esses países, de modo que NAFTA surgiu apenas para institucionalizá-la. Atentando para as transformações na dinâmica econômica global no final do século XX, Castells (2007, p. 154) observa que na verdade “há uma economia norte-americana, composta por EUA, Canadá e México, e não o surgimento de um bloco”.

Assim, para o autor, há de fato uma intensificação das relações que já existiam entre esses países, inclusive com uma dependência histórica do Canadá e do México, em relação aos Estados Unidos. Assim, o bloco também apresenta fortes desigualdades entre os países do próprio bloco, haja vista o papel do México perante os demais membros.

A configuração da APEC teve início em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, prevendo-se a instalação gradual e a configuração de uma área de livre-comércio abrangendo países asiáticos, americanos e da Oceania, banhados pelo Pacífico. O principal objetivo do bloco prevê o fortalecimento econômico da bacia do Pacífico e da costa oeste do continente americano, tendo em vista que os Estados Unidos e o Canadá são países banhados tanto pelo Atlântico quanto pelo Pacífico. De alguma forma a APEC também inclui outros blocos, a exemplo do NAFTA, e alguns blocos menores, como o Pacto Andino e ASEAN. O bloco é composto por 21 países membros, dos quais destacam-se várias potências econômicas mundiais, a exemplo dos Estados Unidos, China, Japão, Canadá, Coreia do Sul, etc.

Entre os blocos menores destacam-se: o Pacto Andino (CAN - Comunidade Andina), CARICOM (Mercado Comum do Caribe), ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), MCCA (Mercado Comum Centro-Americano), SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), COMESA (Mercado Comum dos Países do Leste e Sul

da África), ANZCERTA (Acordo Comercial sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia), .

É importante ressaltar que todos os blocos econômicos são marcados por um contexto de relações desiguais, sejam elas econômicas, políticas ou sociais entre os países-membros. Esse mesmo sentido marca as relações entre os blocos, sobressaindo blocos hegemônicos, em detrimento de blocos frágeis, econômica e politicamente. De modo geral, os blocos de maior representatividade política e econômica no cenário geopolítico mundial são a União Européia e o NAFTA, com maior representatividade de alguns países europeus (Alemanha e Inglaterra, por exemplo) e os Estados Unidos.

Já o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), instituído em 1991 através do Tratado de Assunção, foi criado com o objetivo de viabilizar uma maior “inserção” das economias sul-americanas no contexto da economia global. Este bloco visa desenvolver o potencial econômico dos países membros, aumentando as relações econômicas dentro do próprio grupo de países.

Nos últimos anos o ritmo de importações e exportações tem sido crescente entre os países do MERCOSUL, o que justifica uma relativa diminuição da dependência de importação desses países, em relação aos Estados Unidos, o qual era responsável por mais da metade das importações destes antes da criação do bloco. Portanto, conforme Arroyo (2006) constata-se um aumento não só das relações econômicas, mas também políticas, diplomáticas e empresariais entre os países membros, e entre estes e o resto mundo.

Este bloco comercial cresce concomitantemente a ampliação do seu mercado, configurando uma nova escala no processo de produção e de circulação, bem como uma mudança nos fluxos que, por sua vez modificam o território (Arroyo, 2006).

O fato é que toda essa articulação não promove a inclusão total das regiões e de todos os indivíduos, mas a intensifica as diferenças sociais entre os países e regiões, bem como entre as classes sociais aí existentes. Ou seja, normalmente os blocos econômicos aumentam as desigualdades e as contradições socioespaciais, dentro e fora dos países, regiões e do próprio bloco. Cria-se geralmente um conjunto de relações de poder marcado por forças desiguais, onde sempre haverá benefícios e beneficiados em detrimento de prejuízos e explorados.

Ao estudar as Geografias das desigualdades na contemporaneidade, Souza (2006) fundamentada em Olivier Dollfus (1991) aponta que “o sistema mundial não pode ser equilibrado”, logo, é desigual e contraditório. A nova ordem mundial circunscrita com o fim da Guerra Fria, associada à hegemonia econômica norte-americana, européia e japonesa impõe uma nova dinâmica no sistema-mundo. Para a autora “a crise do modelo do Estado, a limitada eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, ampliação das desigualdades, em todos os níveis e em todos os lugares, a velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais”, onde as “fronteiras se abrem aos produtos e se fecham aos homens” impossibilitam um melhor funcionamento do território, haja vista o estabelecimento do “caos” em toda parte, ocasionando o “rompimento entre Sistema Mundo e Sistema Terra” o que reflete e impacta diretamente no processo sobrevivência dos homens. Os mercados mundiais acabam impondo um contexto tal de desigualdades, marcado essencialmente por fortalecimento e fragilização ao mesmo tempo, isto é, fortalecimento dos atores que já são hegemônicos e enfraquecimento dos atores não-hegemônicos.

O mercado comum sul-americano (MERCOSUL) é constituído pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. O bloco ainda dispõe de cinco países associados: Bolívia, Chile, Columbia, Peru e Equador. As relações comerciais deste com o resto do mundo mostram-se bastante desiguais na inter-relação entre seus membros, evidenciando estreitas relações entre alguns integrantes do próprio bloco e algumas potências econômicas mundiais (Quadro 1), justamente pelo caráter desigual do desenvolvimento do Sistema Mundo, intrínseco à divisão internacional do trabalho.

QUADRO 1: EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL POR PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO (US\$ MIL) – ANO 2007									
BRASIL		ARGENTINA		PARAGUAI		URUGUAI		VENEZUELA	
Países	2007	Países	2007	Países	2007	Países	2007	Países	2007
Estados Unidos	25.314.000	Brasil	10.485.923	Brasil	557.926	Brasil	731.527	Estados Unidos	41.010.700
Argentina	14.417.000	China	5.166.609	Argentina	551.784	Argentina	442.983	China	3.023.946
China	10.749.000	Chile	4.175.332	Uruguai	264.222	Timor Leste	201.152	Espanha	2.085.283
Países Baixos	8.841.000	Estados Unidos	4.151.334	Chile	206.465	Rússia	112.829	Canadá	1.400.742
Alemanha	7.211.000	Espanha	2.060.903	Ilhas Cayman	145.463	Espanha	147.542	Colômbia	1.365.956

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2012)

Depreende-se que o maior volume de capital das exportações do MERCOSUL em 2007, considerando o montante das transações dos cinco principais países de destino, evidencia a representatividade, sobretudo do Brasil e da Argentina, merecendo destaque o valor transacionado entre estes dois, bem como entre estes e os Estados Unidos e a China. Os principais itens exportados do Brasil para os Estados Unidos são: petróleo bruto, aviões, ferro, álcool, café, etc. Para a Argentina o Brasil exporta, sobretudo veículos com motor à explosão, terminais portáteis de telefonia celular, minério de ferro, etc. Para a China o país exporta produtos como: soja, minério de ferro, petróleo bruto, óleo de soja, fumo, aviões, etc. Para Alemanha destacam-se: minério de ferro, café, soja, automóveis com motor à explosão, etc. (Portal Global 21 – Guia do Exportador, 2012)

De modo geral, os demais países apresentam montantes bastante reduzidos no contexto de exportações do bloco, muito embora, destaca-se ainda a relação da Venezuela com os Estados Unidos, a partir da importância do petróleo no contexto das exportações entre os dois países. O Brasil aparece como principal importador de três países-membros, a saber: Argentina, Paraguai e Uruguai, sobressaindo o montante de capital transacionado com a Argentina.

No tocante às importações a situação também se mostra bastante complexa, pois há forte dependência econômica do bloco em relação aos Estados Unidos e a China, embora seja notória a dependência da maioria dos países-membros do bloco em relação ao Brasil (Quadro 2).

QUADRO 2: IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL POR PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM (US\$ MIL) – ANO 2007									
BRASIL		ARGENTINA		PARAGUAI		URUGUAI		VENEZUELA	
Países	2007	Países	2007	Países	2007	Países	2007	Países	2007
Estados Unidos	18.887.000	Brasil	14.522.981	Brasil	1.695.879	Argentina	1.254.981	Estados Unidos	10.845.803

China	12.618.000	Estados Unidos	5.263.975	China	1.623.744	Brasil	1.314.636	Colômbia	5.660.936
Argentina	10.410.000	China	5.092.952	Argentina	838.828	China	540.159	China	4.018.205
Alemanha	8.675.000	Alemanha	2.131.317	Estados Unidos	294.822	Rússia	195.791	Brasil	3.927.641
Nigéria	5.273.000	México	1.336.578	Japão	257.553	Venezuela	637.707	México	2.128.695

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2012)

Nota-se que a Argentina e o Paraguai importam, sobretudo do Brasil, enquanto o Uruguai e a Venezuela importam mais da Argentina e dos Estados Unidos sucessivamente; Quanto ao Brasil, as importações originam-se sobretudo na China, Argentina, Alemanha e Nigéria. Este último exporta principalmente petróleo bruto para o Brasil, o que representa aproximadamente 55% da aquisição brasileira deste produto. Já a Nigéria importa do Brasil principalmente produtos como açúcar, álcool, arroz e fumo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil). Dos Estados Unidos o Brasil importa principalmente turborreatores, óleo diesel, equipamentos, peças e acessórios para aeronaves, locomotivas diesel-elétricas, trigo, etc. (Portal Global 21 – Guia do Exportador, 2012)

A China aparece como uma importante economia de base de exportações no cenário econômico mundial e regional, haja vista a influência econômica do país no contexto das importações (e exportações) do MERCOSUL. Todos os países do bloco mantêm relações expressivas de importações com a China, sobressaindo o Brasil, a Argentina e a Venezuela como principais mercados consumidores de produtos chineses no âmbito do MERCOSUL.

Avaliando as transações comerciais do MERCOSUL no intervalo de seis anos (2002 a 2008), observa-se que o volume de exportações e importações aumentou consideravelmente no período, destacando-se o saldo comercial da relação Brasil – Argentina e Brasil – Venezuela (Quadro 3).

QUADRO 3: INTERCÂMBIOS COMERCIAIS DO MERCOSUL – 2002 a 2008 (US\$ MIL – FOB)

Brasil - Argentina	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EXPORTAÇÕES (FOB)	2.346.508	4.569.767	7.390.967	9.930.152	11.739.592	14.416.946	17.605.621
IMPORTAÇÕES (FOB)	4.743.785	4.672.610	5.569.811	6.241.110	8.053.263	10.404.246	13.257.926
SALDO COMERCIAL	-2.397.277	- 102.843	1.821.155	3.689.043	3.686.329	4.012.700	4.347.695
Brasil – Paraguai	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EXPORTAÇÕES (FOB)	559.625	708.750	873.352	962.720	1.233.639	1.648.191	2.487.561
IMPORTAÇÕES (FOB)	383.087	474.750	297.825	318.936	295.899	434.120	657.496
SALDO COMERCIAL	176.537	234.000	575.527	643.785	937.740	1.214.071	1.830.065
Brasil – Uruguai	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EXPORTAÇÕES (FOB)	412.541	405.791	670.582	853.137	1.012.598	1.288.440	1.644.126
IMPORTAÇÕES (FOB)	484.847	537.868	522.855	493.653	618.225	786.386	1.018.199
SALDO COMERCIAL	-72.305	-132.076	147.726	359.484	394.373	502.054	625.927

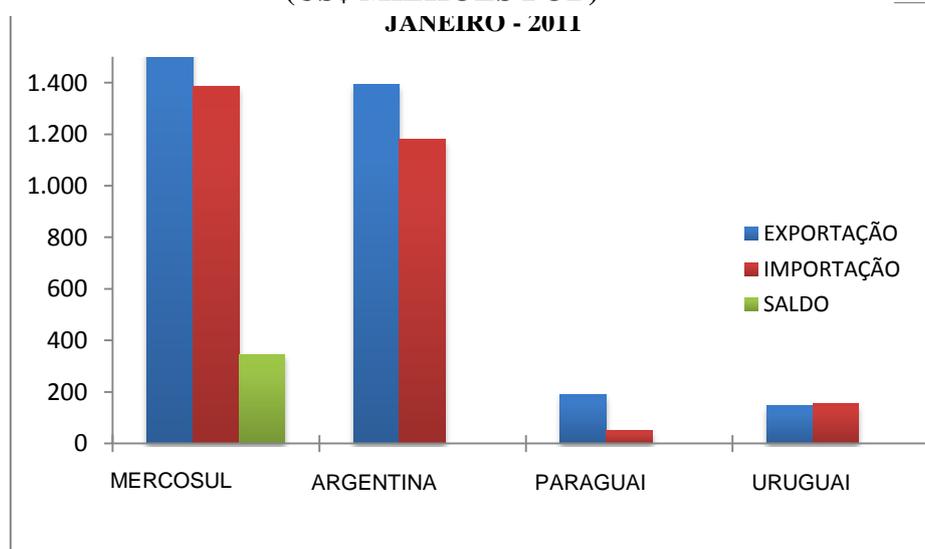
Brasil – Venezuela	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EXPORTAÇÕES (FOB)	798.974	608.229	1.469.802	2.223.705	3.565.424	4.723.940	5.150.188
IMPORTAÇÕES (FOB)	633.060	275.154	199.083	255.605	591.553	345.925	538.549
SALDO COMERCIAL	165.914	33.307	1.270.718	1.968.100	2.973.871	4.378.015	4.611.639

Fonte: MRE/DPR/DIC.

Vale frisar que o montante avaliado em valor FOB diz respeito comumente as cotações internacionais de mercadorias. A expressão FOB – Free On Board – significa Preço Livre a Bordo, o que representa o preço auferido cobrindo todas as despesas e riscos do produto até que o mesmo chegue ao país comprador. Assim, no interstício 2002-2003 o saldo comercial do intercâmbio entre Brasil e Argentina foi negativo, assim como entre o Brasil e o Uruguai, passando a apresentar notório crescimento nos anos subsequentes.

No início de 2011 a balança comercial brasileira apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 300 milhões de reais no contexto comercial do MERCOSUL. Destaca-se a relação comercial entre o Brasil e a Argentina (exportações e importações). Sendo que as exportações brasileiras para a Argentina movimentaram valores superiores as importações. Já as relações comerciais do Brasil com o Paraguai e Uruguai mostram-se tímidas, representando menos de 20% em relação a Argentina, tanto no tocante às exportações quanto às importações (Gráfico 1).

**GRÁFICO 1: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
(US\$ MILHÕES FOB)**

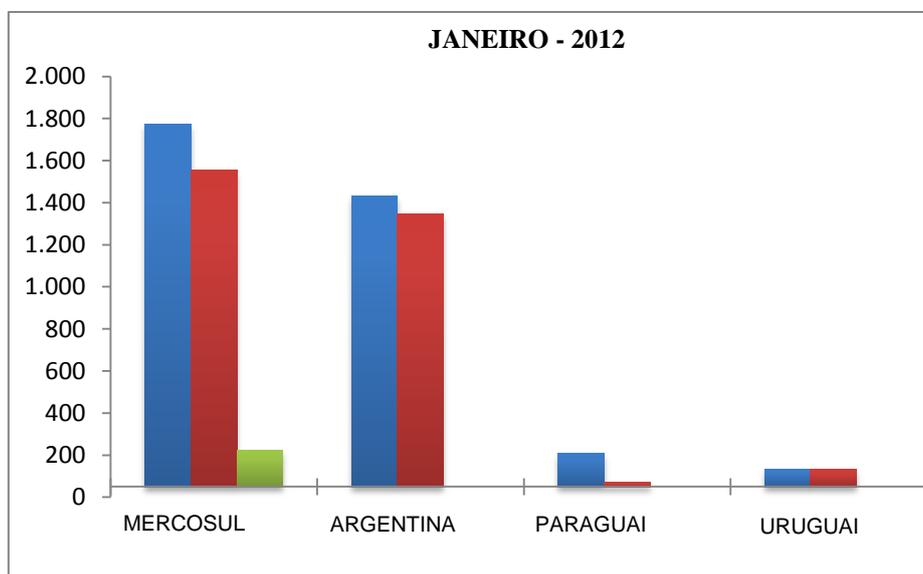


Fonte: Sistema Alice

Adaptado de: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX

Os dados evidenciam que um ano depois (janeiro de 2012) as relações comerciais entre o Brasil e a Argentina se ampliaram, aumentando sobretudo as importações brasileiras perante aquele país, ao passo que houve diminuição no volume de capital transacionado entre os demais países, sobretudo nas relações comerciais com o Uruguai (Gráfico 2).

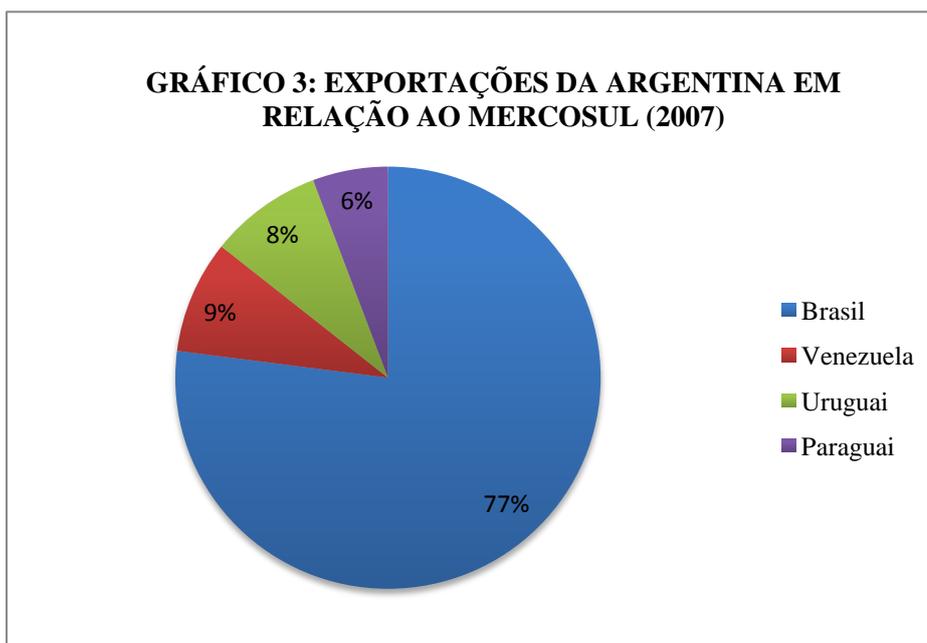
**GRÁFICO 2: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
(US\$ MILHÕES FOB)**



Fonte: Sistema Alice
Adaptado de: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX

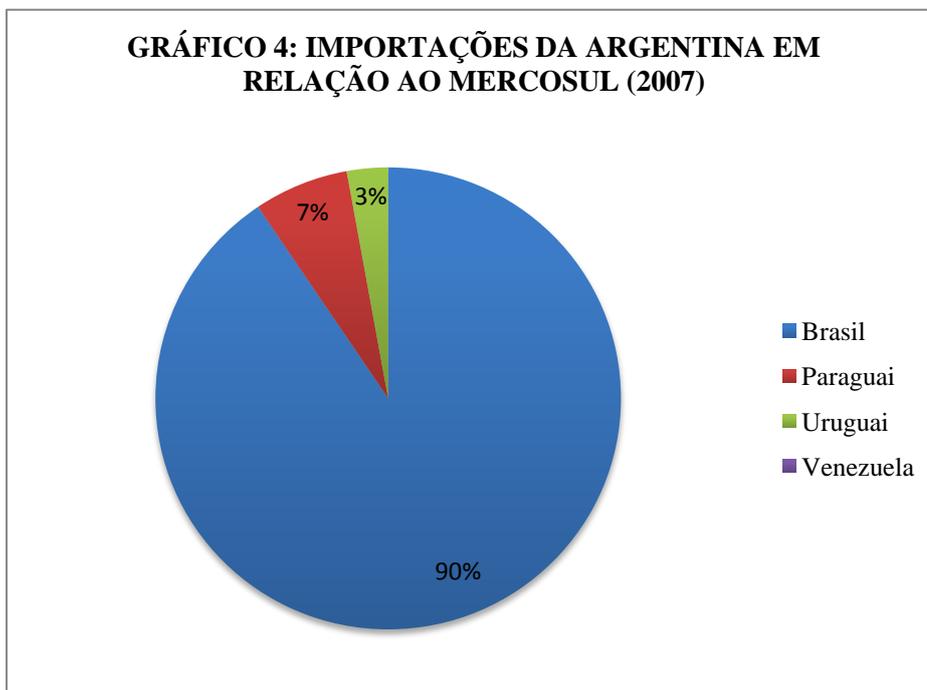
Ao avaliar o papel da Argentina nas relações comerciais do MERCOSUL verifica-se participação semelhante ao Brasil, isto é, o país apresenta notório desempenho comercial no mercado sul-americano, sobretudo nas transações com o Brasil (77% das exportações e 90% das importações), enquanto os demais participam de forma incipiente das transações comerciais do bloco. Juntos os demais países representam 23% das exportações e 10% das importações da Argentina (Gráfico 3 e 4).

**GRÁFICO 3: EXPORTAÇÕES DA ARGENTINA EM
RELAÇÃO AO MERCOSUL (2007)**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**GRÁFICO 4: IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA EM
RELAÇÃO AO MERCOSUL (2007)**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Diante do exposto, depreende-se que a desigualdade comercial no mercado comum do Sul (MERCOSUL) evidencia, de certo modo, as disparidades observadas no cenário econômico internacional, realidade presente também nos mercados comuns dos demais blocos, embora que em proporções diferenciadas, característica essencial da lógica de acumulação e de reprodução capitalista. A esse respeito Oliver Dollfus (2002, p. 35) assinala que “o poderio mundial se exerce numa concentração geográfica dos poderes. O controle das vastas extensões territoriais quase já não intervêm, daí a obsolescência dos Impérios difíceis de gerir, de manejo dispendioso e fontes de conflitos internos”.

Tais desigualdades podem explicar também o nível de desenvolvimento tecnológico e o processo de internacionalização das economias do bloco, associado dentre outros fatores ao funcionamento do neoliberalismo e ao papel dos Estados nacionais nesses países, até porque as principais transações comerciais do bloco passam necessariamente por uma forte dependência tecnológica do processo produtivo, em relação ao mundo desenvolvido, dependendo também de forte intervenção estatal quanto à geração e manutenção de infraestrutura necessária e financiamento da produção, mesmo que isso implique (e tenha implicado) em endividamento dos Estados nacionais perante organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. Assim, “por toda parte as mesmas grandes infraestruturas, plataformas, aeroportuárias e portuárias, redes rodoviárias e ferroviárias, os mesmos grandes hotéis e as altas torres onde têm sede as grandes empresas; por toda parte os preços dos imóveis nos grandes centros urbanos são justificados pelo número de negócios das empresas mundiais que aí se encontram” (Dollfus, 2002, p. 35).

Além do mais a principal base econômica regional é primário-exportadora, sobressaindo produtos como grãos, carne, frutas e minérios, ao passo que no contexto do bloco, as principais transações comerciais correspondem a veículos com motores à explosão, peças e acessórios do setor automobilístico, produção e tecnologia essa gerada e detida normalmente por empresas multinacionais do setor, sejam elas européias, americanas ou asiáticas, cujas remessas dos lucros destinam-se aos países de origens de tais agentes econômicos. Por causa disso, “nos últimos trinta anos viu-se uma reconfiguração dramática da geografia da produção e da localização do poder político-econômico” (Harvey, 2011, p. 34).

No caso do Brasil destaca-se ainda a participação do país no contexto das relações comerciais dos BRICS, isto é, no importante mercado constituído pelo grupo de países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, embora não normatizado territorialmente como um bloco econômico.

O Brasil se apresenta na contemporaneidade como uma importante potência econômica mundial sem, contudo, atenuar as desigualdades socioespaciais e territoriais historicamente constituídas. Aliás, trata-se de um contexto socioespacial semelhante entre os citados países, ou seja, assim como o Brasil, os demais países citados apresentam fortes desigualdades socioespaciais e territoriais, não obstante o “progresso econômico” verificado nos últimos anos. Nesse contexto, “matérias-primas e gêneros que só intervêm em alguns centésimos no PNB são adquiridos no Mundo ao melhor custo e transportados com poucas despesas. O essencial é assegurar um abastecimento regular mediante estratégias de controle econômico e político segundo a diversidade dos lugares de produção” (Dollfus, 2002, p. 35).

Nesse contexto de primazia pelo crescimento, esquece-se muitas vezes das condições sociais e materiais de vida dos indivíduos que permanecem à margem do “progresso econômico”, haja vista a defesa justificada dos recordes da balança comercial, do crescimento do PIB e do PNB dos citados países, sem que se alterem as liberdades individuais e grupais, e portanto o desenvolvimento humano propriamente dito (SEN, 2001).

Ao analisar o crescimento do PIB de alguns países e de algumas regiões do mundo é possível entender melhor a complexidade da questão (Quadro 4).

QUADRO 4: Crescimento do PIB: o mundo e as principais regiões, 1950-2030							
Regiões /Países/Mundo	Níveis em bilhões de dólares (1990)					Taxa anual média da mudança	
	1950	1973	1990	2003	2030	1990-2003	2003-2030
Europa Ocidental	1.396	4.097	6.033	7.857	12.556	2,05	1,75
EUA	1.496	3.537	5.803	8.431	16.662	2,91	2,56
Austrália, Canadá e Nova Zelândia	180	522	862	1.277	2.414	3,07	2,39
Japão	161	1.243	2.321	2.699	3.488	1,17	0,95
“RICOS”	3.193	9.399	15.019	20.264	35.120	2,33	2,06
Europa Oriental	185	551	663	786	1.269	1,33	1,79
Rússia	315	872	1.151	914	2.017	-1,76	2,98
Outros Países da Antiga URSS	199	641	837	638	1.222	-2,17	2,43
América Latina	416	1.389	2.240	3.132	6.074	2,61	2,48
China	245	739	2.124	6.188	22.983	8,56	4,98
Índia	222	495	1.098	2.267	10.074	5,73	5,68
Outros Países da Ásia	363	1.387	3.099	5.401	14.884	4,36	3,83

África	203	550	905	1.322	2.937	2,96	3,00
“RESTO”	2.148	6.624	12.117	20.648	61.460	4,19	4,12
MUNDO	5.341	16.022	27.136	40.913	96.580	3,21	3,23

FONTE: HARVEY (2011, p. 31)

Nota-se que o imperativo do crescimento econômico aparece com destaque no mundo subdesenvolvido, especialmente nos países que recentemente integram o grupo denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Nos países ditos ricos o crescimento verificado no interstício 1990-2003 não passa de 2,5%, com estimativa inferior para o período 2003-2030. No entanto, em países como China e Índia o crescimento mostra-se acelerado e diferenciado no período 1990-2003, com relativa diminuição no período subsequente. A Europa Ocidental e os EUA, juntamente com a Austrália, Canadá e Nova Zelândia apresentam taxas de crescimento relativamente próximas. O Japão apresenta taxa anual de mudança relativamente baixa no contexto dos “países ricos”. É importante observar que no mundo subdesenvolvido tal crescimento é fortemente marcado por desigualdades socioterritoriais e regionais, isto é, segregação social nos próprios países e numa mesma região. Por exemplo, A China e a Índia apresentam significativas taxas de crescimento médio anual, no entanto convivem com sérios problemas sociais como analfabetismo, baixa remuneração da força de trabalho, precárias condições de trabalho, déficit no sistema de saúde, no saneamento básico, insegurança, etc.

O investimento de capital no setor produtivo é feito de forma extremamente seletiva e desigual, concentrado espacialmente, o que interfere sobremaneira na divisão territorial do trabalho, gerando regiões densas e dinâmicas economicamente ao lado de regiões e zonas periféricas, opacas, habitadas por populações pobres. Numa mesma região isso também ocorre com notoriedade. Por exemplo, conforme mostrado, a América Latina apresenta importante potencial econômico, a partir da capacidade produtiva e de consumo de países como o Brasil e Argentina, no entanto, níveis elevados de indigência e de pobreza mantêm-se nesses mesmos países e nos demais. A segregação social chega a níveis extremos, isto é, empresas e agentes capitalistas constituem o seletivo grupo dos mais ricos do mundo, ao passo que boa parte da população vive abaixo da linha de pobreza, mantendo-se, sobretudo analfabeta, mal alimentada e desassistida socialmente.

No caso do Brasil, o país deixou de ser agrário-exportador até meados do século XX, para se tornar a sétima economia do mundo no início do século XXI, o que tem implicado necessariamente na produção e reprodução concomitante da riqueza e da pobreza. Ao estudar as desigualdades socioespaciais no Brasil, Souza (2006, p. 26) afirma que a produção da riqueza “paradoxalmente, se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas consequências desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda população brasileira, mas sobretudo os mais pobres”. E isso ocorre em todas os estados, cidades e regiões do país.

Considerações Finais

Algumas questões emergiram no decorrer dessa análise sobre a política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido, sobretudo na América Latina e particularmente a partir da política do MERCOSUL. O texto buscou apresentar aspectos importantes sobre a política de integração econômica regionalizada mundialmente, em curso desde o final do século XX, mostrando que apesar do discurso que eleva a perspectiva de

integração entre países, produz-se e reforça-se as desigualdades inter e intra-regionais, bem como nos territórios nacionais, dos países membros dos mercados comuns.

Trata-se de uma capacidade de integração, sobretudo econômica tendo em vista a política de exportações e importações de mercadorias, insumos e aquisição de tecnologias que vem sendo adotada. Nem de perto tal política permite a interação cultural, por exemplo. A relação de integração e interação de longe representa simetria política ou econômica, basta avaliar o desempenho do Brasil e da Argentina no contexto do MERCOSUL face aos demais países, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Negligenciam-se problemas como os conflitos regionais, historicamente presentes nos países “integrados”, assim como normalmente desconsidera-se ou pouco atenta-se para a complexa questão das fronteiras nacionais, os recursos e os interesses em jogo, questões ambientais, étnicas, culturais, violência, tráfico de pessoas, de mercadorias e de drogas, etc.

Assim, entende-se que muitas vezes os blocos econômicos (e os mercados comuns) reconhecem e aumentam as desigualdades e as contradições socioespaciais nos países e regiões. Isso ocorre principalmente devido a seletividade espacial do capital que prima pela concentração de investimentos, técnica e informação nos territórios, reforçada pelos avanços da ciência contemporânea também desigualmente constituídos.

Portanto, no MERCOSUL destaca-se a posição do Brasil e da Argentina no cenário regional, considerando os níveis diferenciados de industrialização e desenvolvimento que esses países apresentam, apesar das desigualdades socioterritoriais internas. No caso do Brasil, o país deixa de ser essencialmente agrário-exportador em meados do século XX, com sua população vivendo sobretudo no campo, e passa a ser a sétima maior economia do mundo no início do século XXI, com sua população vivendo sobretudo no espaço urbano, sem contudo alterar a complexa estrutura social pautada numa elevada concentração de riqueza pro parte de uma minoria. Reproduz-se uma dramática situação de geração de riqueza e pobreza simultânea, tanto no campo quanto na cidade.

O país também apresenta fortes desigualdades regionais, a exemplo do que se observa no contexto das exportações para o MERCOSUL, pois sobressaem as relações do Centro-Sul do país, mais industrializado e mais desenvolvido, em relação ao mercado regional, em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Diferenciam-se também os níveis regionais de pobreza e de indigência, considerando que essas últimas são as áreas que apresentam maior complexidade quanto a tais questões. Ademais, no contexto do MERCOSUL, os outros países-membros apresentam desempenhos e papéis tímidos, se comparados ao Brasil e a Argentina, evidenciando dependência, sobretudo econômica e tecnológica, embora marcados por especificidades e diferenciações.

Bibliografia

ARROYO, Monica. Fim de século e globalização: o novo mapa do mundo. São Paulo: HUCITEC-ANPUR. 2002.

BECK, Ulrich. O que é globalização? Tradução André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia Internet: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade . 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do Sistema-Mundo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco C., ARROYO, Mónica (Org.). O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. São Paulo: Hucite/Annablume, 2002.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. 2ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.1996.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. 2012. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 09 de abril de 2012.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. DPR - Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. DIC - Divisão de Informação Comercial. 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2012.

PORTAL GLOBAL 21. Guia do exportador. 2012. Disponível em: <http://www.global21.com.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2012.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco Capurano,

ARROYO, Mónica (Org.). O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. São Paulo: Hucite/Annablume, 2002.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. 2012. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 09 de abril de 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Texeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETHAS – SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias das desigualdades: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco Capurano, ARROYO, Mónica (Org.). O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. São Paulo: Hucite/Annablume, 2002.

